



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária do quarto ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos nove de junho de dois mil e vinte, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Luiz Carlos de Campos para proferir o seguinte texto: Livro de Malaquias - Capítulo 3, versículos 19 a 21: “De fato, está para vir o dia, ardente como forno. Então todos os soberbos e malfeitores serão como palha; o dia que vem os queimará – diz o Senhor dos exércitos – de modo a não lhes deixar raiz nem ramo. Para vós, porém, que temeis meu nome, nascerá o sol da justiça, trazendo a salvação em seus raios; e saireis saltando como novilhos de um curral. Calcareis aos pés os ímpios, pois serão como cinza debaixo da sola de vossos pés no dia que eu preparo, diz o Senhor dos exércitos”. A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Tais Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Primeiramente, foi colocada em Votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual, foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, pediu a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que, baseado no Art. 213, III do Regimento Interno, apresentou requerimento verbal solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Projetos, dos Requerimentos, das Indicações e das Moções dos Srs. Vereadores, bem como as correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade de votos; a seguir, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios do Senhor Prefeito: 1. Ofício DER n.º 053/2020 encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre o custeio



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

de benefícios previdenciários previstos no Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Complementar nº 209/2012) pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipais; 2. Ofício DER nº 054/2020 encaminhando a Casa Proposta de Emenda a Lei Orgânica, que acresce parágrafo único ao art. 85, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna; 3. Ofício DER nº 055/2020 encaminhando a Casa Projeto de Lei, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, depois de lidos, foram os mesmos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes proposições dos Senhores Vereadores: Projetos: 1. De Lei do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que dispõe sobre denominação do CRAS Florianópolis “Maria Olímpia Marin Savioli”; 2. De Lei do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão que dispõe sobre denominação da Unidade Básica de Saúde – UBS do Bairro Taquinho Velho, no Município de Jaguariúna -Lauro Zóia; 3. De Decreto Legislativo do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres que dispõe sobre a concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. José Relson de Oliveira, depois de lidos foram os mesmos encaminhados para as Comissões Permanentes, para parecer; Requerimentos: 1. Dos Srs. José Muniz, Ângelo Roberto Torres e Romilson Nascimento Silva solicitando ao Deputado Estadual Edmir Chedid, o envio de verba parlamentar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a Secretaria de Saúde do nosso Município; 2. Dos Srs. José Muniz, Ângelo Roberto Torres e Romilson Nascimento Silva solicitando ao Deputado Estadual Edmir Chedid, o envio de verba parlamentar para a Secretaria de Mobilidade Urbana; 3. Do Sr Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal para que seja feita uma faixa de pedestre defronte ao Hotel Happy Inn, no Bairro Cruzeiro do Sul (com cópia para o D.E.R – Departamento de Estradas e Rodagem); 4. Do Sr Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal qual o motivo do atraso na implantação de iluminação pública no trecho do Bairro Roseira de Cima – SP 95, até a escola que fica no Bairro Cruzeiro do Sul; 5. Do Sr Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando à Expresso Metrôpolis Transportes e Viagens Ltda, mais horários de ônibus na linha 612, para a cidade de Campinas (com cópia para o Executivo Municipal); 6. Do Sr Afonso Lopes da Silva - SILVA solicitando ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Campinas, Marcos Bernardelli uma ação conjunta com a Câmara Municipal de Jaguariúna, junto ao Governador João Doria, para a manutenção do Poupatempo, no centro de Campinas; 7. Do Sr José Muniz solicitando ao



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Executivo Municipal informações sobre a disponibilidade de testes rápidos da COVID-19 para os munícipes, principalmente, para os funcionários da Saúde, conforme específica; 8. Do Sr José Muniz solicitando ao Executivo Municipal informar quais são as condutas que estão sendo tomadas para pacientes que procuram o Hospital e a Unidade de Campanha com sintomas da COVID-19, já que os mesmo não estão fazendo o teste rápido; 9. Da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal informações a respeito da ocorrência registrada na manhã do último domingo, dia 07 de junho, referente à constatação da presença de espuma branca em trecho do leito do Rio Camanducaia Mirim, desde o Município de Santo Antonio de Posse, passando pelo ponto de captação de água, estendendo-se ao município de Jaguariúna; 10. Do Sr Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o cronograma contendo todas as placas de ruas que necessitam ser substituídas e que as mesmas sejam especificadas com o nome das ruas e seus respectivos bairros, bem como o impacto financeiro, entre outra questão; 11. Do Sr Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o cronograma atual do planejamento da prestação de serviços públicos a serem realizados referente à manutenção das estradas (as quais não estão em obra) e iluminação nos bairros Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim, entre outra questão; 12. Do Sr Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações relativas à divergência de dados estatísticos entre o boletim diário sobre a Covid-19 emitido pela Prefeitura de Jaguariúna e o boletim emitido pelo Governo do Estado de São Paulo (SEADE); 13. Do Sr Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de realização de testes em massa na população de Jaguariúna para diagnóstico da COVID-19. Indicações: 1. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal a poda da árvore na Rua Pires, em frente ao nº 391, no Bairro João Aldo Nassif; 2. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira solicitando ao Executivo Municipal corte de uma árvore na Rua Gothardo, em frente ao nº 356, no Bairro João Aldo Nassif; 3. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal construção de um ponto de ônibus na esquina da Rua Minas Gerais com a Rua José Alves Guedes; 4. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal para que sejam realizadas campanhas de conscientização contra queimadas; 5. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal para que seja criado um banco de ração para animais, com



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

distribuição gratuita para protetores independentes e pessoas de baixa renda; 6. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal a troca ou pintura das placas com denominação de ruas no Núcleo Urbano Residencial Ana Helena I e II; 7. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal para que sejam tomadas as medidas necessárias a fim de ser cobrado das empresas permissionárias de transporte coletivo municipal e intermunicipal, bem como, táxi e qualquer outro meio de transporte, o livre acesso do álcool em gel aos usuários; 8. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal firmar convênios com todas as agências bancárias com sede no Município, para que as pessoas possam utilizar do “débito automático” para pagarem suas contas de água e/ou impostos municipais; Moções: 1. Dos Srs. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, José Muniz e Romilson Nascimento Silva de congratulações e louvor ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Edmir Chedid pela destinação de verba à Secretaria Municipal de Saúde, neste semestre de 2020; 2. Dos Srs. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, José Muniz e Romilson Nascimento Silva de congratulações e louvor ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Carlos Sampaio pela destinação de verba à Secretaria Municipal de Saúde, neste semestre de 2020; 3. Da Sra. Cássia Murer Montagner de pesar pelo passamento do Sr. Mauro Lima, ocorrido no dia 04 de junho, aos 63 anos de idade, nesta Cidade; 4. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado de São Paulo, Sr. João Agripino Costa Doria Junior, para a manutenção do Posto da Polícia Militar Rodoviária na cidade de Amparo, atendendo a toda a região do Circuito das Águas Paulista e adjacências. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Ofício DO/GLI/DPL 396/2020 do Diretor de Gestão Operacional da EMTU dando resposta ao Requerimento nº 027/2020, da Sra. Cássia Murer Montagner, solicitando melhorias nos serviços prestados aos usuários dos serviços de transporte público na modalidade interurbano (convencional) no trajeto Jaguariúna-Campinas, com ajustes nos intervalos de horários de circulação das linhas 6.12 e 7.14, no período entre 15h50 e 17h10, nos dias úteis; 2. Ofício 0439/20/CJU da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB dando resposta ao Requerimento nº 156/2019, do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando ao Executivo Municipal informar qual o motivo da fumaça escura que toda a tarde solta na Empresa JBS, no bairro Roseira de Cima (com cópia para CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo); 3. Ofício nº 126/2020 do Presidente da Câmara Municipal de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Amparo, encaminhando cópia da Moção nº 04/2020, do Sr. Esequiel Pereira dos Santos, de apelo ao Excelentíssimo Senhor João Doria, Governador do Estado de São Paulo, para manter o funcionamento do Posto Rodoviário Estadual localizado em Amparo, com a presença física dos Policiais Militares;

4. Ofício nº 790/2020 do Presidente da Câmara Municipal de Serra Negra, encaminhando cópia da Moção nº 03/2020, de autoria de todos os Vereadores, de apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro e ao seu Ministério, para que analisem as possibilidades de ser liberado pelo menos parte dos recursos do FGTS – Fundo de Garantia por tempo de Serviço aos Trabalhadores Brasileiros, como forma de aquecer a economia em nosso País, considerando a crise financeira que iremos enfrentar devido à pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19);

5. Ofício nº 1060/2020 do Presidente da Câmara Municipal de Serra Negra, encaminhando cópia da Moção nº 05/2020, de autoria de todos os Vereadores, de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo, pela manutenção da base operacional de Amparo da Polícia Militar Rodoviária;

6. Ofício nº 1072/2020 do Presidente da Câmara Municipal de Serra Negra, encaminhando cópia da Moção nº 06/2020, dos Srs. Edson B.O. Marquezini e Renato Pinto Giachetto, de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo, João Doria, para que autorize a abertura e o funcionamento dos salões de beleza e barbearias, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde, em todos os Municípios do Estado de São Paulo;

7. Comunicado do Fundo Nacional de Saúde (via <http://portalfns.saude.gov.br/>), comunicando liberação de recursos para o Município de Jaguariúna, no mês de maio de 2020, no valor de R\$ 651.246,54. A seguir, foram colocadas em votação as seguintes Proposituras e o Sr. Presidente comunicou que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art.154, alínea única, do R.I., alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: pela ordem, o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das proposituras acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o acúmulo de proposituras; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposituras, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé:1.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Requerimento dos Srs. José Muniz, Ângelo Roberto Torres e Romilson Nascimento Silva solicitando ao Deputado Estadual Edmir Chedid, o envio de verba parlamentar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a Secretaria de Saúde do nosso Município, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento dos Srs. José Muniz, Ângelo Roberto Torres e Romilson Nascimento Silva solicitando ao Deputado Estadual Edmir Chedid, o envio de verba parlamentar para a Secretaria de Mobilidade Urbana, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal para que seja feita uma faixa de pedestre defronte ao Hotel Happy Inn, no Bairro Cruzeiro do Sul (com cópia para o D.E.R – Departamento de Estradas e Rodagem), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal qual o motivo do atraso na implantação de iluminação pública no trecho do Bairro Roseira de Cima – SP 95, até a escola que fica no Bairro Cruzeiro do Sul, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando à Expresso Metrópolis Transportes e Viagens Ltda, mais horários de ônibus na linha 612, para a cidade de Campinas (com cópia para o Executivo Municipal), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr Afonso Lopes da Silva - SILVA solicitando ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Campinas, Marcos Bernardelli uma ação conjunta com a Câmara Municipal de Jaguariúna, junto ao Governador João Doria, para a manutenção do Poupatempo, no centro de Campinas, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr José Muniz solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a disponibilidade de testes rápidos da COVID-19 para os munícipes, principalmente, para os funcionários da Saúde, conforme especifica, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento do Sr José Muniz solicitando ao Executivo Municipal informar quais são as condutas que estão sendo tomadas para pacientes que procuram o Hospital e a Unidade de Campanha com sintomas da COVID-19, já que os mesmo não estão fazendo o teste rápido, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9. Requerimento da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal informações a respeito da ocorrência registrada na manhã do último domingo, dia 07 de junho, referente à constatação da presença de espuma branca em trecho do leito do Rio



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Camanducaia Mirim, desde o Município de Santo Antonio de Posse, passando pelo ponto de captação de água, estendendo-se ao município de Jaguariúna, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 10. Requerimento do Sr Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o cronograma contendo todas as placas de ruas que necessitam ser substituídas e que as mesmas sejam especificadas com o nome das ruas e seus respectivos bairros, bem como o impacto financeiro, entre outra questão, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 11. Requerimento do Sr Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o cronograma atual do planejamento da prestação de serviços públicos a serem realizados referente à manutenção das estradas (as quais não estão em obra) e iluminação nos bairros Floresta, Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim, entre outra questão, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 12. Requerimento do Sr Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações relativas à divergência de dados estatísticos entre o boletim diário sobre a Covid-19 emitido pela Prefeitura de Jaguariúna e o boletim emitido pelo Governo do Estado de São Paulo (SEADE), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 13. Requerimento do Sr Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a possibilidade de realização de testes em massa na população de Jaguariúna para diagnóstico da COVID-19, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 14. Moção dos Srs. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, José Muniz e Romilson Nascimento Silva de congratulações e louvor ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Edmir Chedid pela destinação de verba à Secretaria Municipal de Saúde, neste semestre de 2020, em votação, foi a mesma aprovado por unanimidade de votos; 15. Moção dos Srs. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, José Muniz e Romilson Nascimento Silva de congratulações e louvor ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Carlos Sampaio pela destinação de verba à Secretaria Municipal de Saúde, neste semestre de 2020, em votação, foi a mesma aprovado por unanimidade de votos; 16. Moção da Sra. Cássia Murer Montagner de pesar pelo passamento do Sr. Mauro Lima, ocorrido no dia 04 de junho, aos 63 anos de idade, nesta Cidade, em votação, foi a mesma aprovado por unanimidade de votos; 17. Moção do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo de apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado de São Paulo, Sr. João Agripino Costa Doria Junior, para a manutenção do Posto da Polícia Militar Rodoviária na cidade de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Amparo, atendendo a toda a região do Circuito das Águas Paulista e adjacências, em votação, foi a mesma aprovado por unanimidade de votos; A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso por sete minutos e dezenove segundos, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra a senhora Inalda Lúcio de Barros Santana que a passou; tomou a palavra o senhor José Muniz que, depois de cumprimentar a todos, disse que ele queria só falar a respeito dos testes rápidos da COVID e que, naquele dia, pela manhã, ele participou de uma reunião com o Executivo e estava a Secretária da Saúde e os membros da Saúde e que esclareceram muitas coisas que ele estava em dúvidas, e ela explicou que era um protocolo que eles seguiam, o protocolo do Ministério da Saúde dos testes rápidos e, a partir do momento em que a pessoa tinha sintoma, teria de esperar no mínimo de três a sete dias porque senão, nos exames não era diagnosticado que estava com a COVID, então, naquela reunião tinha sido bem explicativa e ele tirou as dúvidas que ele tinha a respeito da COVID, ele também pediu para que, ao menos, os funcionários da área da Saúde, que estavam na linha de frente, para que pudessem estar fazendo os testes rápidos para que, também, não tivessem dúvidas, porque estavam lá na frente e precisavam não ter dúvidas; disse que ela explicou da forma como iria ser feito de lá para frente e que tinha melhorado bastante e que estariam fazendo testes naquelas pessoas da linha de frente, os médicos, pessoal das ambulâncias, os coveiros, então, que foi bem explicado, e tirou as dúvidas dele, porque ele estava achando que a pessoa chegava lá a já ia fazer os exames e iria ser positivado ou não, mas que, infelizmente, não era daquela forma, ela estava explicando naquela reunião e que precisava passar por aquele período de dois a três dias, até sete dias para que a pessoa, realmente, fosse positivada lá no exame e aquela era a dúvida dele e ficou esclarecida; parabenizou a Secretária em nome de todos da área da Saúde e disse que se eles tinham dúvida, ele achava que todo mundo tinha e como ele falou naquele dia, a pessoa chegava lá com ente querido e era diagnosticado e, muitas vezes, não passava no teste lá, na mesma hora, no mesmo momento, então, ela deixou bem claro como funcionava e tirou as dúvidas dele e ficava mais fácil para eles estarem esclarecendo o pessoal na rua que os parava e perguntava; desejou boa noite a todos; a seguir, faria uso da palavra o senhor Luiz Carlos de Campos que a passou; fez uso da a palavra o senhor Rodrigo da Silva Blanco que, depois de cumprimentar a todos, disse que ele queria explanar um projeto de lei que ele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tinha colocado lá, saudando e homenageando uma pessoa muito querida na cidade, homenageando seus entes queridos, denominando o nome da UBS do Tanquinho, que iria ser junto ao Centro de Especialidades, como Lauro Zóia que era uma pessoa pioneira do bairro, nome tradicional na cidade e ele pedia aos nobres Pares junto àquele projeto, a votação, o apoio se todos pudessem, para estarem congratulando a família com aquele nome e também ele esperava que, se aquilo passasse, que fosse bem recebido pelo Executivo sancionando aquele projeto de lei e denominando o Posto de Saúde do Tanquinho, que iria ser beneficiada a toda população de lá e com muita honra ele e todos, aquela Câmara Municipal denominava aquele projeto de lei para passar para a família Zóia e todos os moradores de lá, que ele tinha certeza de que seria muito bem beneficiado e muito bem assistidos na área da Saúde; parabenizou a Secretária por aquele trabalho e ao Prefeito também; disse que ele achava que, no dia quinze, já estaria sendo realizado e erguida aquela bandeira como a UBS do Tanquinho, denominada como UBS Lauro Zóia; agradeceu a todos e parabenizou outros projetos também, como o do Waltinho, lembrando o nome da dona Maria Olímpia; o Neguita que fazia jus o decreto legislativo do Relson, da Companhia Jaguari que estava à frente da Companhia Jaguari, fazendo seus trabalhos com muita competência e que poderiam contar com ele também; agradeceu a todos e disse que ele contava com todos; em seguida, faria uso da palavra os senhores Romilson Nascimento Silva e Tais Camelini Esteves que a passaram; tomou a palavra o senhor Afonso Lopes da Silva que, cumprimentou todos, dizendo para o pessoal que estava assistindo, para que ficassem em casa; disse que na semana passada ele apresentou uma moção aprovada pelos nobres Vereadores sobre a questão do “Poupatempo”, em Campinas, para que mantivesse aquele posto porque ele atendia pessoas não só de Campinas, principalmente, o pessoal que ia de ônibus, descia no centro, com o fechamento dele o pessoal teria de se deslocar para outro bairro, iria causar um transtorno para a população de Jaguariúna e, na sessão de domingo, que tinha sido feito lá pelo pessoal de Campinas com os assuntos, ele fizeram uma vídeo conferência domingo e discutiram também aquele assunto só que diferente dali, lá eles não aprovaram uma moção de apelo e sim, aprovaram uma moção de repúdio ao Governador por ter fechado o “Poupatempo” de Campinas, até porque o reflexo lá em Campinas era maior do que em Jaguariúna, então, foi aprovado aquilo e foi criada uma Comissão que tinha o André Von Zuben que era o relator e era do partido dele e ele, conversando com ele, fizeram uma discussão política e por isso que ele encaminhou aquele requerimento para que conseguissem fazer



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

uma ação conjunta das duas Casas, de Campinas e Jaguariúna, para que conseguissem fazer uma ação política junto ao Governo do Estado e conseguissem manter aquele Posto lá que servia tanto para o pessoal de Jaguariúna e era claro que o certo seria ter um Posto em Jaguariúna, mas por questões de lei, não poderia ter pelo número de população, então, teriam de ter ao menos um Posto menor, ele sabia que tinha aquela discussão junto ao Prefeito e ao Estado para que tivesse alguma coisa do “Poupatempo” mas, a questão importante era que iriam solicitar através daquele requerimento que a Câmara aprovou aquela ação política em conjunto de unidade das duas casas, Campinas e Jaguariúna, para que pudessem fazer, do ponto de vista político, ele achava que tinha condições de, ao menos, estarem viabilizando a volta do “Poupatempo” lá no centro de Campinas para que a população de Jaguariúna pudesse ser atendida da mesma forma que era antes do fechamento daquela Unidade; agradeceu a todos; a seguir, tomou a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que, cumprimentou a todos e disse que ele gostaria lá, de entrar em um tema pedindo a reflexão de todos, os agentes políticos, a sociedade, ele tinha observado, ao longo da semana, medidas por parte do Tribunal Superior Eleitoral com relação às eleições municipais que iriam iniciar a partir de quinze de agosto e, posteriormente, talvez em outubro teriam o pleito e estavam observando o Tribunal se declarando, através de pareceres de técnicos do Tribunal onde havia a possibilidade de ter prévias eleitorais nos partidos à distancia ou pelo sistema de internet e ele queria dizer a respeito do descontentamento dele com aquela medida, ele sabia que as redes sociais e a internet os auxiliariam muito mas, política em uma cidade de cinquenta mil habitantes, onde mais o povo chamava o contato e pedia o contato com o seu candidato, seria impossível pensar em uma campanha nos moldes que eles sempre fizeram que era o corpo a corpo, ou seja, saliva, sola de sapato e suor, com as condições que se apresentavam a Saúde no país, e ele sabia que tinha um tempo ainda pela frente e ele poderia falar por ele que ingressou no partido e ele pretendia concorrer democraticamente no partido com colega que também tinha a mesma pretensão mas, era quase que inviável fazer política interna se fosse de bastidores e conversando com os membros do partido para tentar propor a sua idéia para um pleito eleitoral, então, ele sabia que as medidas tomadas por parte daquelas pessoas que estavam lá de toga, lá em cima, não condiziam com as pessoas que estavam lá, ainda mais em eleições municipais, tudo aquilo que queriam testar no país se testavam em eleições municipais, e os candidatos a vereadores e o prefeito pagavam por aquilo e, no ano corrente não



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

teriam coligações para vereadores, talvez tivessem na majoritária, se tivesse prefeito e vice de partidos diferentes, daí poderia ter a coligação também proporcional, mas era inadmissível numa cidade como Jaguariúna e ele falava por ele porque ele sempre fez campanhas indo visitar os eleitores dele, participando, dando a cara a tapa e não dava para admitir uma prévia eleitoral através de vídeo conferência, nem todo mundo tinha aquele acesso, atualmente, tinha, pelo menos, pelos partidos que eles tinham contatos, mais de quinhentos, seiscentos eleitores que precisavam ter aquele conhecimento do seu pré candidato e tecer as suas opiniões para escolher aquele que iria representá-los dentro do pleito eleitoral; disse que ele gostaria de solicitar que aquela Casa fizesse um debate, que pudessem apresentar uma moção, talvez à Região Metropolitana, às Câmaras Municipais, dizendo do descontentamento dele com relação àquilo, ele sabia que estavam fazendo de tudo para que as eleições acontecessem no ano corrente e, em nenhum momento, mudou o calendário e aquilo tinha de ser feito brevemente, eles sabiam que as prévias aconteciam a partir de vinte de julho, era um prazo muito restrito para quem quisesse propor uma idéia e ele dizia aquilo porque, talvez, ele estivesse em uma condição diferente dos outros pré candidatos e tinha um partido que tinha um pré candidato que ele respeitava e queria disputar com ele, democraticamente, e ele sabia que, muitos, o partido já definiu se era candidato e era diferente naqueles casos, mas ele gostaria de dizer lá que ele não ficava confortável nem com a eleição em outubro por tudo aquilo que numa eleição precisava ser feito para acontecer, a começar com a participação do judiciário junto com as pessoas voluntárias que faziam o serviço e que eram treinadas, muitas eram presidentes, mesários, pessoas de idade que, talvez, já de pronto seriam descartadas, e tinha todo um treinamento com aquelas pessoas, um envolvimento da sociedade em um pleito eleitoral e, antigamente, ouviam falar muito que as eleições deveriam ter desde presidente a vereador em um mesmo ano e se mantinham ainda a cada dois anos uma eleição no país, e que era muito caro as eleições, deveria ser em uma data para todo mundo, e porque não faziam aquilo naquele momento? Disse que ele estava falando como uma sugestão e ninguém se falava mais naquilo, e tinham pessoas que achavam que tinha de ter eleições a cada dois anos e não era bom para o país aquilo, eles sabiam que quando mudava um Governo e entrava um prefeito novo, um secretário, tinha de fazer toda uma estruturação e os projetos paravam, então, porque não aproveitar a oportunidade para debater aquilo e propor algo que, realmente, que se falavam antigamente com a mudança do estatuto eleitoral que na verdade teve muita alteração e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

acabou não mexendo naqueles pontos que eram mais polêmicos, então, ele gostaria de solicitar a Casa aquele debate e até fazer uma moção e ele até falou de fazer, mas ele achava que o debate tinha de ser democrático, a Câmara pudesse aprovar uma moção favorável a um distanciamento maior daquela eleição e que ela pudesse aguardar um prazo maior para acontecer e ele dizia aquilo até em respeito aos candidatos que estavam esperando uma oportunidade de colocar sua campanha na rua, porque do jeito que estava não ficava bem para ninguém fazer campanha naquele momento, a pesar dele estar lá sempre debatendo que as coisas tinham de voltar à normalidade o quanto antes mas, eles sabiam que tudo estava sendo feito de forma restritiva e que tiveram um aumento dos casos no Município que foi apresentado, naquele dia, na Secretaria; disse que ele achava que o debate tinha de acontecer, era o momento e ele pediria que a Casa, através do Presidente, pudesse falar aquilo com os nobres Pares para eles poderem analisar a opinião de cada um, pelo contentamento e descontentamento deles com relação à situações; agradeceu a todos; em seguida, fez uso da palavra o senhor Ângelo Roberto Torres que, depois de cumprimentar todos, disse a respeito das indicações e requerimentos que ele fez lá do bairro Cruzeiro do Sul, em frente ao Hotel Happy In, há tempos ele vinha pedindo e ele queria fazer uso do tempo de palavra dele para falar sobre aquilo, porque vários moradores pediam para ele para ser feito, em um local que já houve vários acidentes, inclusive fatais, e ele via que a faixa de pedestre estava acontecendo em vários pontos da cidade, quando ele falava com o Secretário de Mobilidade Urbana, ele dizia que estava na programação mas, ele achava que a programação dele parou porque não chegava, era até chato para ele estar cobrando aquilo na Câmara, porque estava cobrando há mais de anos, mas enfim, iria aguardar; disse da questão da iluminação da SP-95 do trecho da Escola Franklin de Toledo Piza até a Roseira de Cima, tinha aquela iluminação aprovada junto ao DER, junto à Prefeitura, inclusive, quando foi feito o alargamento da pista foram colocadas as barreiras no meio, inclusive foram deixados os pontos dos postes e que ele achava que era uma obra de custo não tão alto, mas que favoreceria muito a população que usava daquele trecho para caminhar de um bairro para outro, até mesmo funcionários das empresas que utilizavam aquele trajeto no período noturno, então, ele gostaria de pedir uma atenção à Secretaria de Obras para poder ver se conseguia adiantar para eles aquela questão da iluminação da SP-95; falou a respeito dos ônibus da linha de Campinas, devido ao horário de pico, os ônibus muito lotados e devido à pandemia vários horários de ônibus foram cortados, foram



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

enxugados mas, o que o pessoal tinha reclamado muito e ele até colocou como sugestão para estar passando, como o horário de Campinas iniciava lá no distrito, ele passava por vários pontos, vários bairros e quando chegava na Rodoviária ele estava quase lotado, então, quem estava da Rodoviária para frente ou ia naquele ônibus, se tivesse um cantinho para ele, ou aguardava o carro reserva que chegasse ou coisa parecida, então, a sugestão seria, ele até encaminhou ofício à EMTU para estar autorizando a empresa a partir da Rodoviária para Campinas e o outro vinha normal dos bairros para frente, ele achava que aquilo facilitaria muito e ajudaria também a população que usava aquele transporte; agradeceu e parabenizou a fala do Zé Muniz, quando da reunião naquela manhã, que foi uma reunião importante, uma reunião bacana, um pouco assustadora, devido a última semana como aumentaram os casos em Jaguariúna, desde quando começou nas aberturas, então, pedia, encarecidamente, para a população para que respeitasse o uso da máscara, se pudessem ficar em casa que ficassem, para que pudessem passar mais aqueles quinze dias que eram cruciais para todos e para vencerem mais aquela batalha do Coronavírus; parabenizou seu amigo Magrão pela indicação do nome do senhor Lauro Zóia, que era tio da esposa do irmão dele e ele foi um homem que ele frequentou muito a casa dele, e ele os ajudou muito, ele e o Preto, quanto levavam os bois para eles fazerem lá os mini rodeios e conseguiram fazer as festas da comunidade que ele ajudava muito e não só lá mas, enfim, o senhor Lauro foi uma grande pessoa que lutou muito por aquele bairro, lutou muito pelos seus ideais, empregou funcionários, fez lá o seu comércio, era a única venda que tinha lá, bem lá atrás, o finado avô dele trocava feijão no carro de boi naquela vendinha lá e tanto era que a venda só tinha a fachada da frente, as costas não tinha mais nada; disse que o senhor Lauro era uma pessoa que lutou muito pelo crescimento da cidade e era mais do que justa aquela homenagem; parabenizou o Magrão e, com certeza, a família estava feliz e lá estava lembrado o nome do senhor Lauro Zóia que era a família toda; pegando um gancho na fala do Fred, disse que ele era da mesma opinião dele nas questões eleitorais, ele achava que o pessoal pensava um pouco neles e ele concordava com ele que tudo parava e formalizar em um ano só também ele acharia legal, e o Presidente poderia tomar a frente para ver o que eles poderiam fazer para estarem levando para a frente e ele não sabia se eles conseguiriam, mas ao menos alertá-los de que alguém estava pensando naquela paralisação que tinha e, com certeza, via internet, vídeo conferência, não funcionava ainda, pelo menos naquela questão que até o eleitor gostava também do corpo a corpo;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

parabenizou o Zé Muniz na questão da Saúde, que chegou o decreto do Estado, na questão dos atendimentos, ele falava porque, às vezes, a pessoa chagava no médico apresentando sintomas e, de repente, o médico falava para tomar um certo remédio e voltava para a casa e se não melhorasse voltaria ao atendimento, daí quando a pessoa não melhorou e voltou ela encontrou outro médico, daí aquele médico achou o que ela tinha e o outro médico que a atendeu era o ruim, então, não era bem daquela forma, era o protocolo deles que tinha de ser seguido e, falando em médico, agradeceu toda equipe do Hospital Walter Ferrari e do UPA no atendimento que teve com a mãe dele, naquela última semana, que foi uma semana árdua mas, graças a Deus, foi tudo sobre controle e deu certo e a mãe dele já estava na casa dela e estava tudo bem; agradeceu as moções que foram apresentadas aos Deputados e era para irem cobrando que tudo sairia bem; a seguir, fazia uso da palavra a senhora Cássia Murer Montagner que a passou; fez uso da palavra o senhor Cristiano José Cecon que, depois de cumprimentar a todos, disse que fazia duas semanas que ele recebeu um whatsapp de uma munícipe de sessenta e quatro anos que estava se sentindo uma inútil, pois não tinha como produzir e também não podia sair de casa e a depressão dela a estava fazendo perder a razão em tudo, pois estava quase voltando ao o que ela era e aquele não era o objetivo dela, ela pedia a ele socorro, porque ela já tentou se matar na frente do marido dela e aquilo não fazia muito tempo e ela estava cansada, isolada, abandonada, estava desesperada; disse que ele passou a tarde conversando com ela, ele não podia fazer visitas, então, ele não foi até ela, ela melhorou e quando foi no outro dia ela ligou para ele, mandou outro whatsapp com aquela conta de energia que ela recebeu, com aquele carimbinho amistoso, “aviso de corte”, e era de aviso de corte, pediu para todos darem uma olhada no tamanho do carimbo e falou que ele fez um vídeo na internet e a CPFL entrou em contato com ele e eles responderam com o comunicado que estavam antecipando o aviso de inadimplência em um formato de destaque na conta para que os clientes pudessem regularizar os débitos junto à distribuidora antes do término do período; comentou que aquilo era um abuso contra a pessoa que estava sofrendo, as pessoas simples, vulneráveis, desempregadas, de idade, que estavam em casa assustadas com a possibilidade de morrer, o que era aquilo? Não era um feriado de Carnaval que, depois de passar o feriado de Carnaval pagariam a conta; não era bem daquela forma, todos estavam passando por uma pandemia e que negócio era aquele? E que a maior acionista da CPFL era uma empresa chinesa, segunda economia do mundo, os empresários, os donos de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

restaurantes que eram pobres puderam ficar fechados, então, porque eles não faziam um esforço e davam uma amenizada também naqueles meses, e que a fonte que era a segunda economia era o FMI, ele gostava sempre de falar as fontes por causa de “fake news”, e porque os empresários puderam ficar fechados? Como o povo iria pagar depois que passasse a pandemia? Iriam parcelar? Como queria que os comerciantes que estavam sofrendo para sobreviver iriam ter crédito no cartão? Ele queria que o Governo e aquelas empresas milionárias fizessem um projeto de amenização daquelas contas e se era difícil e complicado o problema era deles, senão, depois de um tempo todo mundo iria voltar no lampião, porque de outra forma não tinha como pagar, era o repúdio dele e eles não poderiam se calar, mandava resposta tudo bonitinho, só que não era daquela forma, não; não era primeira, não era a segunda economia do mundo, então, porque o pobre podia ficar fechado? Em seguida, fez uso da palavra o senhor David Hilário Neto que cumprimentou a todos, dizendo que ele gostaria de começar a fala dele voltando ao que ele comentou na semana passada da importância da testagem à COVID 19, porque não existia remédio melhor se não fosse o teste nas pessoas, porque se tinha uma pessoa infectada e aquela pessoa teve contato com outras pessoas, aquelas pessoas poderiam ser assintomáticas e poderiam estar circulando por toda a cidade e transmitindo aquele vírus, então, a importância de testar as pessoas próximas e as pessoas com leves sintomas, porque tinham casos de pessoas com sintomas mais leves que estavam procurando as Unidades de Jaguariúna e não estavam sendo testadas por falta de testes na cidade, mas, também, buscar formatos que o Município conseguisse atender à população; atualmente, era testados os profissionais da Saúde e foi liberado, naquele dia, como o nobre Colega comentou, os profissionais das ambulâncias e os coveiros mas, o vírus estava sendo disseminado e se não conseguissem testar o maior número de pessoas, só iriam avançar e aquilo poderia prejudicar todos os setores da sociedade, então, ficava aquele pedido para que aquela questão fosse olhada com todo o carinho, porque aquilo, sim, poderia salvar vidas; outra questão que ele tinha buscado até mecanismos para economizar para o Poder Público, ele viu uma pesquisa na USP, na Faculdade de Economia da USP, que tinha criado um programa com inteligência artificial, que colocava um Raio X naquele programa, ele tinha um acerto de noventa e três por cento se a pessoa estava com o vírus ou não, então, até a pessoa que estava na fase inicial conseguiam e ele foi em busca e conseguiu falar com o especialista, com o Paulo Maia, lá do Rio de Janeiro, e ele propôs fornecer aquele sistema ao município de Jaguariúna de forma



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

gratuita, então, não teria nenhum custo ao Município, simplesmente, era um sistema que ele encaminharia e fazia aquela leitura, então, ele estaria encaminhando, no dia seguinte, ao Executivo Municipal para que aquilo pudesse ser implantado na Rede do Município, o quanto antes, porque aquilo poderia ajudar e salvar muitas pessoas, então, além do teste de suma importância, também existia aquele outro mecanismo; outro assunto muito importante era a respeito do Hospital de Campanha que as pessoas estavam cobrando perguntando o que tinha no Hospital, e valia ressaltar que aos olhos dele não era um hospital de campanha e, sim, um posto de atendimento de triagem, porque o paciente chegava no UPA e era encaminhado lá para as tendas e era feito o diagnóstico nele e se ele tivesse de ser internado ele era encaminhado ao Hospital Municipal Walter Ferrari que a internação acontecia lá e, naquelas tendas, não tinha nada mais do que quatro consultórios, algumas cadeiras e seis macas vazias, então, aquilo era muito bom falar para a população, porque não existia um Hospital de Campanha na cidade de Jaguariúna, a divulgação era de um Hospital de Campanha, mas o que tinham lá era um centro de triagem para a pessoa não utilizar o UPA, só que se a pessoa estivesse com o sintoma, o primeiro ponto era aquela pessoa fazer o Raio X e ele se encontrava dentro da Unidade, então, a pessoa saía de lá e ia até a Unidade fazer aquele Raio X e, aos olhos dele, ele não viu muito significado naquela estrutura toda e ele esperava que não fosse um ato político e, sim, um ato de saúde, ele não conseguiu uma explicação plausível para aquela estrutura até aquele momento e ele esperava estar errado; falou que uma outra questão muito preocupante era que os leitos do Hospital estavam enchendo e que, atualmente, um paciente com suspeita de COVID tinha de ficar em um quarto isolado até sair o resultado do exame e ele estava ficando isolado no leito e até sair o resultado ele estava sozinho e utilizando um quarto, então, precisava ser criada uma estrutura sim, e poderia ser até dentro daquele Hospital de Campanha que, aos olhos dele, atualmente, não tinha aquele papel para conseguir receber mais paciente; falou da questão dos quarenta por cento que foi destinado aos funcionários do Hospital, parte dos funcionários do Hospital e que a maior parte não estava recebendo aqueles quarenta por cento a mais de insalubridade por dizer que eles não estavam tendo contato direto com a doença e qualquer funcionário que trabalhava dentro do Hospital estava, sim, correndo risco, estava passando por paredes, por maçanetas, por bebedouros, por todos aqueles lugares que eram de uso coletivo e poderiam estar sendo contaminados e, uma outra questão, eram os técnicos de enfermagem do DESMET, os



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

técnicos operacionais estavam sofrendo a mesma questão e, aos olhos dele, era uma discriminação, porque as UBSs, os funcionários estavam recebendo e o DESMET que atendia pacientes que não estavam nos seus melhores dias, podendo correr aquele risco, não estavam recebendo os quarenta por cento; ele fez ofício, encaminhou ao Executivo e aguardava um retorno; agradeceu a todos; em seguida, fez uso da palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo que, depois dos cumprimentos, iniciou sua fala comentando da moção de apelo encaminhada ao Governador João Dória, com relação ao posto rodoviário da Polícia Militar que se encontrava na cidade de Amparo, que era o acesso ao Circuito das Águas Paulista, e que os municípios de Amparo e Serra Negra fizeram moções pedindo aquele apelo porque a informação que tinham era de que ia fechar o Posto e era uma estrada, um trecho perigoso, com riscos de acidentes, com relação à segurança das pessoas que transitavam por lá e era um trecho de um pólo turístico importante e fechar aquele trecho transformaria as ocorrências da Polícia Rodoviária em ocorrências remotas, onde ligariam no número e cairia em Mogi Mirim e ele achava aquilo, operacionalmente, muito ruim, então, fez uma moção de apelo ao Governador e ele pedia aos nobres Pares que quisessem assinar para aquele encaminhamento, ele achava importante para Jaguariúna que, fazia parte do portal de entrada do Circuito das Águas Paulista, sensibilizarem o Governador João Dória naquele sentido; disse que fez, também, uma indicação a respeito das placas e estavam vendo algumas ações na Mobilidade Urbana na colocação de placas pela cidade e ele faria lá um apelo à Secretaria para o bairro Ana Helena que tinham várias placas sem nenhuma legibilidade, e não dava para enxergar nem o nome da rua e eles se deparavam com problemas constantes do entregador, do motoboy que tinha de percorrer o bairro e, atualmente, usavam ainda mais aquele recurso de entrega à domicílio e aquilo era tirar a cidadania das pessoas, então, ele pedia lá à Secretaria de Mobilidade Urbana, aquela atenção ao bairro e que já não era a primeira indicação que ele fazia mas, ele a estava reiterando; parabenizou porque ele sabia que alguns bairros já iriam ser atendidos, mas ele fazia lá a comunicação dele ao Secretário; com relação à COVID, ele fez um requerimento ao Executivo Municipal com relação aos dados lançados, tanto pelo Município quanto pelo sistema de dados o SEADE e havia uma discrepância de dados e ele acreditava que o Estado não estava atualizando aquilo a contento, que deveria acompanhar o Município que fazia, diariamente, informando a estatística, só para comparar; disse que, no dia anterior, tinham no SEADE setenta e cinco casos, sendo que o Município constatou sessenta e três,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tinham três mortes pelo SEADE, sendo que o Município já tinha constatado quatro mortes confirmadas, então, as informações não eram na mesma velocidade e ele percebeu aquilo até com o Ministério da Saúde, uma ação no Supremo Tribunal Federal, uma maior transparência da COVID, era necessário que aquilo acontecesse até para planejamento de políticas públicas; também, apresentou requerimento solicitando a questão da testagem que ele achava muito importante e comungava da mesma opinião do David, do Vereador José Muniz e eles tinham, sim, que planejar principalmente ações de flexibilização e a testagem era uma forma mais segura de tratarem aquilo; falou que, naquela manhã, tiveram uma excelente reunião com o pessoal da Saúde, como lá já tinha sido dito, explicando toda metodologia, como funcionavam os testes, e tinham de levar em consideração a ciência, não dava para só ir na “acheologia”, e tinham de entender porque testava e como testava e ficou muito claro para ele e para os demais Vereadores que estavam presentes, a questão do prazo, o período que os testes deveriam ser aplicados e que existia um protocolo da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde e da Secretaria do Estado de São Paulo que tinha de ser seguido, mas ele pedia lá ao Executivo para que se pudessem viabilizar maior testagem da população, parcerias público-privadas para que aquilo acontecesse; aquilo sim eles ajudariam na economia a recuperar as ações, porque as políticas públicas seriam mais mapeadas e mais dirigidas àquilo; também tiveram a grata informação, pela manhã, de que os bairros também eram monitorados pela estatística levantadas e aquilo era positivo demais, então, tinham de, cada vez, usarem de maiores informações para planejarem as ações; ainda falando da COVID, disse que tinham dados assustadores, pelo menos aos olhos dele, que foram divulgados no dia anterior que, na data do dia anterior, tinham cem por cento dos leitos de UTIs ocupados no Município de Jaguariúna, era preocupante quando pensavam em flexibilização e lutavam por ela, muitas vezes algumas pessoas ainda desrespeitando as normas sanitárias e aquilo não era possível, o uso de máscaras, de higienização das mãos, o distanciamento das pessoas, aquilo era essencial para que conseguissem avançar na flexibilização da economia e se aquilo regredisse voltariam fases e, atualmente, estavam na laranja, pretendendo chegar na amarela mas, se aquelas atitudes continuassem daquela forma e eles viram aquele desrespeito em toda região e que, no dia anterior, viram a imagem na televisão da cidade de Campinas e que era uma imagem que assustava, corriam risco de voltar para a fase vermelha, então, ele pedia a colaboração de todos e que era individual, não era mais o Poder Público só



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

falando, cada um tinha de fazer sua parte, porque aquilo iria fazer o conjunto ser beneficiado; disse que deixaria para falar da dona Maria Olímpia que era um pedido da denominação do CRAS no nome dela, na Ordem do Dia, porque ele gostaria de abordar a questão das eleições; falou que foram muito felizes as colocações do Vereador Fred, naquele sentido, e ele se solidarizava com as colocações, naquele sentido, e tinham uma dificuldade muito grande, naquele momento de pandemia, de falar em Eleições Municipais e o TSE sinalizava que as convenções já poderiam ser feitas por meio eletrônico, cada partido tinha um Estatuto, uma quantidade de pessoas e ele sabia que os mecanismos tinham limite de pessoas para participar, então, como poderiam viabilizar aquilo, o contato com os eleitores era muito importante, então, não dava para usar os vereadores, os prefeitos de todo o Brasil afora, como teste, ele iria usar uma palavra até um pouco pejorativa, como “cobaias” e que fosse de maneira a testar os mecanismos eleitorais, como já tinha sido dito lá ou criar novos mecanismos no meio da maior crise de saúde pública que o mundo já tinha enfrentado, era um desrespeito a todos eles e ele e o Vereador Silva levaram aquela discussão ao Parlamento Metropolitano e iria ser objeto de uma reunião do Parlamento aquela discussão para encaminharem, sim, e ele comungava da idéia do Vereador para fazerem um documento para estarem representando a Casa junto aos Órgãos Competentes, ao Congresso Nacional, ao Tribunal Superior Eleitoral sobre as eleições de dois mil e vinte; o adiar da eleição era importante para que tivessem a segurança e a transparência e, acima de tudo, defender, de verdade, a democracia, com palavras não, mas com gestos, porque senão eles estariam matando o direito do eleitor de conhecer seu candidato, e quantos candidatos novos pleiteavam estar no Poder Público, nas próximas eleições e aquele distanciamento prejudicaria a todos eles; agradeceu a todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Tais Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: primeiramente, dos Srs. Ângelo Roberto Torres, Afonso Lopes da Silva, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e Luiz Carlos de Campos foi apresentado requerimento de urgência especial, para que o Projeto de Lei do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que dispõe sobre denominação do CRAS Florianópolis “Maria Olímpia Marin Savioli”, fosse apreciado em única discussão, naquela sessão; em discussão, tomou a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que disse que gostaria de pedir aos nobres Pares, por isso tinha pedido um momento oportuno para tratar daquele assunto, e que aquele projeto de sua autoria para denominação do CRAS que seria instalado no bairro Florianópolis, que fosse denominado com o nome da Dona Maria Olímpia Marin Savioli, e disse que a Dona Maria teve uma trajetória na cidade, com traços de muito altruísmo e muita sensibilidade ao próximo; comentou que quando eles tratavam de um CRAS, eles tratavam das pessoas mais vulneráveis que eram atendidas por ele, e denominar um equipamento público como aquele com uma pessoa que, ao longo de toda a sua trajetória e sua vida se pautou em ajudar as pessoas, achava que era um gesto nada mais digno e justo que eles podiam prestar aquela homenagem, mesmo sabendo que, em dois mil e dezoito, Dona Maria os deixou, mas achava que a sua memória, sua história, tinha que permanecer; disse que gostaria de pedir ali, aos nobres Pares, o apoio àquele projeto para eles denominarem o CRAS do Florianópolis com o nome de Dona Maria Olímpia Marin Savioli e que ali ficasse a sua singela homenagem à família dela, filhos, netos, e que, com aquele gesto, eles pudessem dar assim a devida justificativa da existência que cada um deles tinham na vida, e pudessem perpetuar, sim, os exemplos e histórias de pessoas, de jaguariunenses que lutavam pela cidade; a seguir, em votação o requerimento de urgência especial, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou como relator especial para exarar parecer ao referido projeto, o Sr. Afonso Lopes da Silva, motivo pelo qual, suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do parecer do relator especial designado, favorável ao projeto; a seguir, em única discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 021/2020, do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que dispõe sobre denominação do CRAS Florianópolis “Maria Olímpia Marin Savioli” (Quorum de deliberação: maioria simples: Art49, ‘a’ § 1º, do R.I.). Em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, dos Srs. Ângelo Roberto Torres, Afonso Lopes da Silva, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon e Luiz Carlos de Campos foi apresentado requerimento de urgência especial, para que o Projeto de Lei do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão que dispõe sobre denominação da Unidade Básica de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Saúde – UBS do Bairro Taquinho Velho, no Município de Jaguariúna - Lauro Zóia; fosse apreciado em única discussão, naquela sessão; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou como relator especial para exarar parecer ao referido projeto, o Sr. Cristiano José Cecon, motivo pelo qual, suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do parecer do relator especial designado, favorável ao projeto; a seguir, em única discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 022/2020, Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão que dispõe sobre denominação da Unidade Básica de Saúde – UBS do Bairro Taquinho Velho, no Município de Jaguariúna - Lauro Zóia; (Quorum de deliberação: maioria simples: Art49, ‘a’ § 1º, do R.I.). Em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 006 de 2020, do Executivo Municipal - que altera a Lei Complementar Municipal nº 135/2007, que dispõe sobre urbanização de glebas ou lotes de terreno, associada à construção de edificações em condomínio residencial no território do Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art.50, § 1º, do R.I., c/c Art.42 da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo. A seguir, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto foi apresentada a seguinte Emenda: 1. Dá nova redação ao inciso XV e §2º, do artigo 15, da Lei Complementar Municipal nº 135, de 26 de novembro de 2007, apresentado pelo Projeto de Lei Complementar nº 006/2020, que passa a vigorar com as seguintes redações: “Art. 15 (...) (...) “XV – para edifícios de dois ou mais pavimentos, seja de interesse social ou não, a área mínima de terreno por unidade habitacional será definida por um colegiado composto obrigatoriamente por um arquiteto urbanista e mais dois engenheiros civis, todos servidores públicos efetivos lotados na Secretaria de Planejamento Urbano.” (...) §2º A área mínima de terreno por unidade habitacional prevista no inciso XV será definida quando da análise do pedido de diretrizes urbanísticas solicitado pelo empreendedor.” 2 - Altera o artigo 2º do Projeto de Lei Complementar nº 006/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 2º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos, dizendo que ele tinha feito



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

um resumo a respeito daquele projeto de lei complementar, para que as pessoas que os acompanhavam pudessem entender; disse que em dois mil e sete foi aprovada a Lei Complementar cento e trinta e cinco, que dispõe sobre a urbanização de glebas ou lotes de terrenos associada à construção de edificações em condomínio residencial no território de Jaguariúna; disse que o artigo quinze da referida lei elencava os requisitos para a implantação do condomínio residencial, no inciso dois falava: “fração ideal de utilização exclusiva na gleba ou lote de terreno para casas térreas ou sobradadas com o mínimo de duzentos metros quadrados por unidade habitacional” e que essa parte o projeto de lei não estava alterando; disse que o inciso três do artigo quinze, dizia “fração ideal de utilização exclusiva na gleba ou lote de terreno para edifício de dois ou mais pavimentos, com o mínimo de cento e vinte e cinco metros quadrados por unidade habitacional”; falou que queria deixar claro, também, que aqueles requisitos não refletiam em conjuntos classificados como interesse social, como dizia o parágrafo segundo do artigo quinze: “as exigências contidas no inciso dois e três deste artigo não se aplicam aos conjuntos e edificações a que alude o artigo segundo dessa lei complementar, classificados como de interesse social.” Disse que em dois mil e doze, a Lei complementar duzentos e onze de doze de sete de dois mil e doze, em seu artigo oitavo revogou o inciso três, que ele acabou de ler há pouco do artigo quinze da Lei Complementar número cento e trinta e cinco de dois mil e sete; disse que a lei complementar número duzentos e vinte e oito, de onze de quatro de dois mil e treze, restituiu a redação do inciso três, do artigo quinze da Lei Complementar cento e trinta e cinco, ali incluído, agora, com a inclusão do inciso quinze e deu nova redação ao parágrafo segundo do artigo quinze, que ele iria ler novamente para todos: “inciso quinze”, que era a mesma redação que estava no inciso três que tinha sido revogado: “inciso quinze: fração ideal de utilização exclusiva na gleba ou lote de terreno para edifício de dois ou mais pavimentos, com o mínimo de cento e vinte e cinco metros quadrados por unidade habitacional”; parágrafo segundo do artigo quinze: “as exigências contidas no inciso dois e quinze desse artigo, não se aplicam aos conjuntos e edificações a que alude o artigo segundo dessa lei complementar, classificados como de interesse social, assim declarados por decreto do Prefeito ouvida a assessoria técnica da Prefeitura; disse que o Projeto de Lei Complementar que eles iriam discutir e votar naquele dia, queria, novamente, revogar a disposição da exigência então restaurada pelo inciso quinze do artigo quinze que previa fração ideal mínima de cento e vinte e cinco metros quadrados e utilização



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

exclusiva na gleba ou lote de terreno por unidade habitacional; disse que ele deu uma pesquisada na Imprensa Oficial, quando saíram os valores do IPTU, para usar ali como exemplo, foi feita a junção de três lotes de terrenos de duzentos e cinquenta metros quadrados, que somaram setecentos e cinquenta metros quadrados, e foram construídos, naquela área, doze unidades habitacionais, e os setecentos e cinquenta metros quadrados, produzia uma fração ideal de sessenta e dois vírgula cinquenta por unidade; o total construído, o total da construção, naqueles setecentos e cinquenta metros quadrados, foi de mil quinhentos e noventa e cinco vírgula oitenta e oito metros quadrados; disse que com a regra atual da fração de cento e vinte metros por unidade, no referido local poderiam ser construídas apenas seis unidades; disse que a regra, no hoje, e com a regra que estava sendo proposta, sem qualquer parâmetro, podia ser mais de doze unidades, mais do que tinha no local; disse que conversou com algumas pessoas técnicas, a respeito desse... pela ordem, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu um aparte, que lhe foi concedido, dizendo que ele não tinha entendido sobre os três lotes, e o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que eram três lotes que foram unificados em setecentos e cinquenta metros quadrados, que daria seis unidades, com a fração ideal; o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que só pra enriquecer o debate, que aquele cálculo que o Vereador estava fazendo, de mil, setecentos e cinquenta metros quadrados, uma que não entrava na legislação de condomínio, era acima de quatro mil metros quadrados; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que ele sabia, e que estava usando aquilo como exemplo, perguntou se ele tinha entendido; o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que tinha entendido, mas se ele pegasse mil, setecentos e cinquenta metros quadrados, se cairia na legislação que era do Código de Obras que, permitia, numa área residencial, se construir duas vezes a área do terreno, e perguntou se estava correto, sendo dito pelo Vereador que sim, e o Vereador Alfredo Chiavegato Neto continuou dizendo que num terreno de setecentos e cinquenta metros se poderia construir mil e quinhentos metros quadrados de área construída; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que ele estava usando aquilo ali e que ele até fez aquela conta também, que era a Lei Complementar noventa e sete de dois mil e quatro, confirmado pelo Vereador Fred, e que era a taxa de ocupação, setecentos e... e que daria quatrocentos e oitenta e sete metros e cinquenta em projeção horizontal, disse o Vereador Alfredo, e o Sr. Luiz Carlos continuou dizendo que o coeficiente de aproveitamento, setecentos e cinquenta vezes dois, mil e quinhentos, e o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que daria, aproximadamente, três andares e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

quinhentos metros, quatro andares e quatrocentos; o Sr. Luiz Carlos disse que seriam três andares e passava do mil e quinhentos porque tinha a garagem e ela não era computada, e que ele tinha usado aquilo como exemplo; disse que utilizando aquilo como exemplo, naquele local, então, seriam construídos, apenas seis, e que ele usou como exemplo; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que não dava para seguir como exemplo, sinceramente, não dava e disse que era porque o cara não ia optar e fazer e que daí teriam que ser dois blocos para se constituir um condomínio, e com isso ele iria ter que entrar na regra para doação de área de lazer, ele não iria fazer, iria fazer um prédio só; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que viu que lá na lei, de fato, tinha uma área mínima, era acima de quatro mil metros quadrados; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que se o cara tinha três lotes só, ele não iria fazer um condomínio, pediu desculpas, ele não iria fazer um condomínio de prédio, ele iria fazer uma única torre, que era isso que ele gostaria de deixar claro, ficava inviável, ele precisaria ter mais terreno; o Sr. Presidente disse que, concedido o aparte, ele gostaria que o Vereador concluísse o raciocínio e depois o Fred tinha direito à palavra, também; diante de manifestação no Plenário, o Sr. Presidente disse que, poder, podia, mas tinham que pedir, e que criaram um diálogo que depois ficava difícil transcrever para a ata, e que era só por esse detalhe; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que só tinha usado aquilo como exemplo, porque com as pessoas que ele conversou, que eram da área, eles disseram que não podia ter, que tinha que ter um parâmetro, tinha que ter uma medida, que no hoje eram cento e vinte e cinco metros quadrados, e, aprovando a lei não iria mais ter esse parâmetro e iria ficar sob responsabilidade de uma Comissão; disse ao Fred que ele iria votar contrário, e que sabia que ele entendia bem com relação àquilo, mas ele iria votar contrário porque iria passar uma responsabilidade para esse pessoal e eles, com certeza, iria sofrer pressão, e, dependendo do interesse do empreendedor eles iriam sofrer pressão com relação a isso; disse que achava que, com relação a isso como, no hoje, era definido através de uma lei, achava que deveria ser também e que poderia até abaixar, e que as pessoas com que ele conversou falaram que poderia até diminuir essa fração ideal de cento e vinte e cinco, mas eles entendiam que ela era preciso, que precisava ter esse parâmetro, e perguntado se não deram um parâmetro, o Vereador disse que não, não falaram, e que por isso que ele achava que eles deveriam, em relação àquele projeto ter feito audiência pública, e que na reunião de Comissão ele falou a respeito disso, e que eles deveriam ter feito audiência pública, apesar que eles entendiam aquele momento que eles estavam vivendo, com a pandemia, mas aí



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

eles estariam ouvindo os empreendedores e também o pessoal que era da área; cento e vinte e cinco era muito? Cinquenta era pouco? Pelo menos para chegar num determinado número, para não deixar essa responsabilidade para o pessoal, e que sabiam que eles eram servidores de carreira, que estava na emenda, eram servidores de carreira, mas eles iriam sofrer pressão, e quanto a isso ele não tinha dúvida, por isso que seu voto seria contra a emenda, e iria votar contra o projeto também, e que achava que, até em relação àquelas leis relativas aos códigos, achava que eles deveriam inserir na regra como eles tinham feito com a terceirização do tratamento de água, e que ele achava que aquelas alterações deveriam ser precedidas de audiências públicas, e que ele achava que, sem dúvida, iria enriquecer, a legislação do Município de Jaguariúna, por isso, seu voto era contrário à emenda e também ao projeto de lei complementar; agradeceu, desejando boa noite; a seguir, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que cumprimentou ao Presidente, à Mesa, Colegas Vereadores, Funcionários da Casa, o Valdir Parisi, Secretário de Governo que estava sempre presente em todas as sessões; a seguir disse ao Sr. Presidente que ele gostaria de declarar seu apoio à emenda e parabenizar ao Fred que, sabiamente, colocou aquela emenda que os tranquilizava por ele ser um engenheiro, conhecedor da parte de empreendimentos, confirmou com o Fred, e que achava que eles tinham que incentivar, na medida do possível, esses projetos, atrair investimentos para o Município, disse ao Presidente, porque isso gerava emprego, movimentava a economia, e que sabiam da expectativa sempre da população por mais moradias populares, sabiam das dificuldades que era, confirmou com o Fred, e que não era da noite para o dia que vinha um empreendimento para o Município, a parte habitacional; disse que achava que era oportuno, a emenda do Fred lhes dava uma tranquilidade no sentido de que servidores da Prefeitura concursados iria fazer aquela avaliação, caso a caso, então, eles ficavam respaldados no sentido de que tirou-se o fato limitador, porém, quem ia decidir com tranquilidade e conhecimento, embasado nas leis, seriam os funcionários concursados, de carreira, confirmou com o Fred, e não por coisa direcionada ou feita por comissionado; disse que achava que a emenda do Vereador era pertinente, e lhes dava uma tranquilidade para aprová-la; parabenizou mais uma vez o Vereador Fred, e desejou boa noite a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, mais uma vez, dizendo que ele iria ficar mais atento à emenda que ele propôs, a Emenda era dele, disse ao Luiz Carlos, e que o Projeto de Lei, como o Vereador mesmo disse, ela subtraía do projeto o artigo, deixando sem nenhum



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

limitador, e eles procuraram ter algo que, realmente, desse um controle, ao seu ver, maior ao projeto de lei; disse que propôs a emenda depois daquele projeto ser discutido por diversas vezes na Casa e que ele teve a oportunidade, por diversas vezes, junto à Administração, ou seja, junto à Secretaria de Planejamento para discutir propostas, quando se pensou em apresentar o projeto ele falou que já tinha uma emenda preparada para aquilo, os nobres Colegas já sabiam muito bem daquilo, enfim, ele foi procurar ter um pouquinho mais de informação para ter uma emenda que satisfizesse tanto o Poder Público, quanto as pessoas que quisessem investir no Município, pois bem, o que tinha de deixar bem claro e ele gostaria só de lembrar aos nobres Pares era que aquele projeto de lei, em dois mil e sete, era de autoria dele, ele foi concebido para criar regras quando fossem propor um condomínio de terrenos, eles não pensavam em ter, no Município, condomínios de prédios e, a princípio, pensaram muito naquilo, no condomínio de terrenos e abrangeu também condomínios de prédios com uma fração de cento e vinte e cinco metros quadrados; disse que o Código de Obras era muito mais permissivo em construir muito mais do que aquela legislação dele, que os nobres Pares poderiam ver que não teve, até então, nenhum outro condomínios de prédios que requeresse um pouquinho mais de debates sobre o assunto e que tiveram debates sobre interesse de interesse social no Município que estariam fora daquela regra e se pagassem condomínios para outros tipos de classe, tiveram, no Município, casos que requereram um estudo melhor da legislação com as alterações através de alguns parâmetros, e porque cento e vinte e cinco? Sugeriram um número, naquele momento, pensando em condomínios de casas e não de prédios e, atualmente, usando muito bem o que o Bozó falou, ele era permitido para um terreno que tivesse mais do que quatro mil metros; comentou que o Bozó citou um exemplo de três terrenos de duzentos e cinquenta metros que era o padrão, que seriam setecentos e cinquenta metros mas, atualmente, poderiam construir em dois terrenos de duzentos e cinquenta metros, que seriam quinhentos metros quadrados, poderia construir um predinho que, atualmente, talvez, conseguisse fazer em torno de doze unidades, ele não se recordava, mas eram doze unidade mais ou menos, e só fazendo um cálculo esdrúxulo, se pegassem os quinhentos metros e dividisse por cento e vinte e cinco metros daria quatro, não daria quatro, daria bem próximo daquilo, e, atualmente, poderia fazer três vezes mais, então, o Código de Obras permitia que executasse mais obras, mais área construída do que a lei de condomínio e a lei de condomínio foi para criar um regramento, porque condomínio não existia



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

na época, como fazia condomínio de prédio ou de casas? Qual era o tamanho da rua, porque tamanho de rua não tinha de dar nada para o Município, não tinha de dar contrapartida nenhuma, acabava deixando lá para o engenheiro da Prefeitura aprovar um projeto e, na época, eles criaram aquela lei cento e trinta e cinco, criando regras para que aquele engenheiro analisasse o projeto dentro daquilo que eles achavam que seria viável urbanisticamente falando e, através do tempo, as coisas eram mutáveis, teve algumas alterações, como saiu, voltou e estavam tentando tirar de novo, e ele propôs para que não apenas tirasse aquilo, mas que deixasse para uma comissão para que analisasse o projeto e que se achasse viável ele fosse continuado, que o aprovasse, porque era daquela forma com todos os projetos; a Câmara não precisava aprovar nada, ela tinha conhecimento, às vezes, para poder decidir uma determinação que eles tinham de seguir, mas eles ouviam as opiniões e lá, democraticamente, eles decidiam através de uma lei para que eles cumprissem, e o que foi proposto lá, a retirada, ele também não concordava, falou com ele, debateu e também falou que não sabia qual seria o número, deixaram aquilo claro, a emenda e o projeto ficaram lá ele não sabia de quando foi dada a entrada, mas pelo menos de uns dois meses; naquele momento, o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo solicitou ao orador um aparte e uma vez concedido, disse que ele foi protocolado dia dezessete de março na Casa e lido em sessão dia sete de abril; o senhor Alfredo Chiavegato Neto continuou sua fala e disse que, na semana passada, que eles discutiram, novamente, na reunião de Comissão e o Presidente até tinha participado “on line”; no outro dia, ele teve a preocupação de lembrá-los e ele falou para o Waltinho, para que eles avisassem, ele até já tinha falado com a Associação de Engenheiros, ele falou com amigos dele e pediu para o Presidente comunicar à Associação, encaminhar a emenda, encaminhar o projeto, para que eles não estivessem achando que eles não estavam votando as coisas em um momento difícil sem a devida divulgação, então, dentro daquilo que ele conhecia e também era uma novidade que, amanhã ou depois, ela poderia ser alterada na legislação, ele não via óbices tanto da emenda, que teriam pessoas lá capacitadas para poderem analisar o projeto e dar a aprovação, porque eram eles que aprovavam mesmo, mas o parâmetro de cento e vinte e cinco metros, ele não sabia se ele estava certo no momento em que ele publicou a lei, propôs a lei, até então, de dois mil e sete já se passaram treze anos; naquele momento, o senhor Luiz Carlos de Campos solicitou um aparte e, uma vez concedido pelo orador, ele disse que o David perguntou a ele porque os cento e vinte e cinco metros quadrados e ele respondeu que ele pensava



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

porque o terreno padrão em Jaguariúna eram duzentos e cinquenta e a metade de duzentos e cinquenta era cento e vinte e cinco, deveria ser aquilo; o senhor Alfredo Chiavegato Neto disse que foi algo pensado, que se o cara queria fazer prédio, ele poderia fazer duas vezes mais do que o terreno, porque o projeto foi concebido para terrenos e não para prédios, por isso que ele falava que era uma novidade, e tinha uma legislação que, no máximo quatro andares, atualmente se permitia doze, eles votaram lá aquela lei, então, tinham mais versatilidade nos projetos e os projetos eram acompanhados por vários profissionais em todas as etapas; disse que, a princípio, não estavam falando de imóveis de interesse social e a legislação estava bem clara sobre aquilo, e era para outras faixas salariais, era para alguém que tivesse um pouquinho mais de poder aquisitivo para adquirir seu imóvel e aquela pessoa era muito mais criteriosa para poder comprar, então, ele acreditava que o profissional que estava elaborando um projeto para tentar chegar alcançar uma camada que pretendia adquirir sua casa própria ele não iria fazer algo que não estivesse dentro dos parâmetros de tudo, ele queria algo que ele fosse morar lá e viver bem, além daquilo, os parâmetros que tinham lá eram limitadores também, tinham as vias de circulação, as áreas verdes que eram vinte e cinco metros quadrados por unidade habitacional, então, se pensasse em um local que tivesse cem apartamentos tinham de ter, no mínimo, dois mil e quinhentos metros quadrados de área de lazer, era algo substancial se pegasse dois mil e quinhentos metros quadrados, era grande, além de todas as vias de circulação, e ele tinha a consciência dele de que ele pôde debater o projeto, esclarecer, ele estava apresentando uma emenda para que ele não ficasse sem nada, no sentido de dar mais suporte para que a Secretaria de Planejamento pudesse aprovar o projeto, porque eram eles mesmos que aprovavam, e sem falar que também tinha um grupo que era o GAEPI, todos conheciam e sabiam muito bem que todos os projetos habitacionais passavam por eles, não eram só três lá, eram vários e lá tinham várias Secretarias e tinham atas, inclusive, dos projetos que já tramitavam lá na Prefeitura, tanto de condomínios de prédios e aquele grupo dava a sua opinião e ficava registrado em ata, era lógico de que haviam pressões de todas as esferas, para que se agilizassem, que corresse com projetos para aprovação, para que as pessoas se submetessem àquela pressão e fizessem algo que não fosse do interesse público, ele acreditava nas pessoas que estavam lá e ele sabia que elas iriam fazer o melhor para manter a qualidade de vida da cidade e aquele era o pensamento dele e foi aquilo que ele teve a oportunidade de discutir nas duas ou três vezes em que ele esteve lá; falou que ele gostaria até de passar aos Pares



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que, na ótica dele, ele não via óbices na emenda dele, até porque era uma emenda e que, até então, não tinham nada e se alguém quisesse sugerir, até ele falou para o Cristiano de que se tivesse outras emendas, ele era favorável a qualquer uma para enriquecer o projeto, o debate mas, ele estava com a dele lá, ele poderia pedir aos Nobres para que votassem favoráveis a ela, porque foi algo que ele propôs através de bastante debate e ele estava muito preocupado com relação àquela matéria e os nobres Pares sabiam muito bem daquilo, mas ele estava aberto para qualquer discussão, e com relação à emenda, ele poderia falar para todos que ele ficava tranquilo e para ele era o suficiente para poder dar suporte ao projeto; a seguir, pediu, novamente, a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos dizendo que ele só queria fazer um complemento naquilo que o Alfredo disse, era o artigo catorze da lei complementar cento e trinta e cinco que dizia: “são passíveis de utilização para fins de condomínio que alude esta lei complementar de glebas ou lotes de terrenos com área igual ou superior a quatro mil metros quadrados, cuja configuração permita a inscrição de um círculo de diâmetro superior a trinta metros”, então, era o artigo catorze que ele falou da área mínima de quatro mil, e ele acreditava que a emenda tinha ficado melhor do que a redação, a emenda ficou melhor do que deixar sem, mas ele pensava que se tivesse um número lá, um percentual fixo seria melhor e só por isso que ele se expressou; a seguir, pediu, novamente, a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que falou que ele achava que o tempo diria para eles poderem ter a oportunidade de saber sobre alguns projetos que sairiam naquela concepção e eles iriam ver se era algo que estava trazendo transtorno, e que aquele era, na opinião dele, o caminho, eles tinham de ter sempre um embrião ou alguém que fosse propor algo e, até então, se tivesse um projeto esperando aquela lei, que depois poderiam ter acesso a ele para saber se ficou ou não bom e até onde ele viu não tinha nada de diferente; em seguida, pediu a palavra o senhor David Hilário Neto que, novamente, cumprimentou a todos dizendo que primeiramente ele queria falar do respeito que tinha com o nobre colega que era do ramo, era da área e aquilo era muito importante para poderem se aprofundar um pouco mais e ele pediu desculpas por não ter ido na reunião de Comissão, aconteceu um problema pessoal e ele não esteve presente mas, nem por isso ele deixou de estudar um pouco do projeto, antes de qualquer coisa, ele era muito a favor da audiência pública e ele achava que todo o tema que se referia a empreendimentos era importante ouvir desde o engenheiro, o empreendedor, até a população em geral e os entendedores da área, ele achava que aquilo enriquecia muito o projeto de lei e ele não sabia se tinha pressa ou não para



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

aprovação daquele projeto e estavam em um período de pandemia que não dava para ter uma audiência pública aberta, se pudessem deixar para o segundo semestre para ser discutido melhor aquele projeto; quanto à questão dos cento e vinte e cinco metros quadrados, ele conversou com o nobre Colega há pouco e foi a pergunta que ele fez, de onde foi tirado os cento e vinte e cinco metros quadrados, não existia uma explicação nem para cento e vinte e cinco, nem para cinquenta, nem para duzentos, então, quando ele via de tirar aquele empecilho, ele não via mal algum, porque não tinha como proibirem algo sem uma justificativa plausível, ele discordava de qualquer metragem que limitasse aquilo, mas, infelizmente, aquilo também era contra a emenda, pelo simples fato que, atualmente, ele confiava muito em quem estava na Prefeitura, na questão de planejamento, os engenheiros concursados e que ficasse bem claro aquilo, mas ele não sabia, no dia seguinte, ele não sabia quem iria prestar concurso, quem iria passar e quem iria ser nomeado, porque quem fazia a nomeação era o Executivo e eles eram cobrados, diariamente, na questão de favorecimentos que aconteciam, inclusive naquela área, e aquilo era um grande problema em Jaguariúna, atualmente, e aquilo o preocupava muito, porque quem iria passar, a questão mesmo da contrapartida, e se era um amigo, não precisava dar contrapartida, porque era insignificante, o outro que não era amigo ou que não tinha interesse político, simplesmente, colocava para aquela pessoa realizar licitações ou então vias de acesso, às vezes, sem necessidade ou que se fosse outro empreendedor aquilo não aconteceria, então, aquilo era uma coisa que o deixava em uma situação desconfortável, uma situação como aquela e como votaria a favor do projeto tirando cento e vinte e cinco metros quadrados, ele ficava tranquilo porque existiam outros limitadores no Código, área de lazer, estacionamento, existiam outras exigências que já asseguravam; disse que, aos olhos dele, eles inclusive poderiam, uma coisa que ele achava até mais plausível definirem, qual seria aquela contrapartida, por isso seria aquela importância de uma audiência pública e aquilo talvez fosse definido por unidade, talvez por metro quadrado, talvez pela localização, só que aquilo estivesse em lei e que quando passasse para o Planejamento a lei fosse cumprida naquele formato e não deixar aberto que, aos olhos dele, estava ficando aberto e aquilo era um problema muito sério para não terem problemas futuros e eles, Vereadores, continuassem ouvindo aquela questão de favorecimento; se existia ou não existia não era ele que iria falar, ele não era empreendedor e não estava naquele ramo, então, ele não poderia falar diretamente aquilo mas, ele escutava muitas reclamações diariamente; naquele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

momento, o senhor Alfredo Chiavegato Neto pediu um aparte na fala do senhor David, e uma vez concedido, ele disse que quando eles falavam em condomínio ele iria falar que a propriedade era dele e ele fazia o que bem entendesse nela e era aquilo que ele queria dizer para todos, então, a Prefeitura estava regrado aquilo que ele queria fazer na área dele, a contrapartida era uma forma da Prefeitura, porque não poderia coibir alguém de fazer algo na sua propriedade, então, a contrapartida a Prefeitura aplicava no sentido de que ela precisava de algo que a comunidade fosse beneficiada e ela, quando iria aferir um lucro sobre aquilo, desse aquela contrapartida daquilo que ela, talvez, teria de fazer porque, até então, ela não proibia de fazer algo, ela poderia colocar regras, dizendo do Código, e a contrapartida impunha para o empreendedor e o cara falava se era viável ou não e se fosse inviável ele não faria, diminuiria, faria aquilo que fosse plausível para ele, então, era uma forma de tirar algo do empreendedor para a comunidade; disse que o certo não seria cobrar contrapartida de ninguém, no entender dele, a Prefeitura teria de fazer, aprovar um projeto, ela cobrava para aprovar um projeto, ela cobrava todos os custos, se pagava por aquilo, inclusive a demanda pela falta de água do Município que era uma taxa que contribuía para os cofres públicos, enfim, ela pagava tudo, gerando emprego, estava construindo e ele estava falando lá, do lado do empreendedor, a Prefeitura falava que não tinha água e não poderia falar que não tinha água mas, ela falava que não tinha água, então, tudo bem, ela falava que não tinha água mas se a pessoa queria fazer mesmo, e ela tinha de fazer isso ou aquilo e ele estava dando um exemplo; o senhor David Hilário Neto disse que só para ser mais claro, porque ele achava que ele não tinha sido claro, ele não era contra a contrapartida e ele achava que a contrapartida tinha de ser estabelecida, se eram tantas unidades, era a contrapartida vezes X, eram tantas metragens, era vezes Y, mas que uma contrapartida fosse justa para todos os empreendimentos, mas não porque era amigo dele, não teria contrapartida; o senhor Alfredo Chiavegato Neto, naquele momento, disse que ele haveria de concordar com ele que se ele fosse fazer um negócio em uma área que já tivesse toda a infra estrutura necessária, se era um direito dele, porque ele teria de dar contrapartida? Ele entendia que poderia pedir a contrapartida, mas cada projeto era uma medida, não tinha como falar para todo mundo, porque em um projeto mais distante das áreas urbanas, daí não poderia fazer porque já não era urbana, era distante, ele falou em área urbana mas, mais distante dos serviços públicos, daí sim, falaria que tudo bem, teria problema com tráfego, teria de fazer uma avenida, levar água, fazer creche, uma escola, aquilo era uma forma



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

de cobrar para o empreendedor que tudo bem se ele quisesse fazer, não seria só aprovar um projeto; o senhor David Hilário Neto disse que, naquele caso, eles limitariam pelo Plano Diretor; o senhor Alfredo Chiavegato Neto disse que criariam uma regra mas que, às vezes, a regra não era o suficiente, o Poder Público tinha de ter aquela liberdade de poder falar que lá ele não precisaria de nada, realmente, que fizesse o projeto, mas que executasse algo para ele do outro lado, onde era carente de tal coisa; o senhor David Neto falou que era aquilo que ele estava dizendo, se eles conseguissem tabelar uma contrapartida, automaticamente, poderiam pegar aquele recurso e utilizar onde a cidade precisava; o senhor Alfredo Chiavegato Neto disse que não era habitual aquela contrapartida, não era justa a contrapartida de um cara que investiu recurso no Município para criar, gerar emprego, vender e ele ter de fazer algo que o Município não fez a parte dele; o senhor David Hilário Neto disse que ele achava que seria uma segunda discussão; o senhor Alfredo Chiavegato Neto continuou e disse que pensando do lado do Poder público estava correto, tinha de realmente acontecer através de iniciativa privada; o senhor David Hilário Neto disse que, aos olhos dele, se colocava aquele valor em cima da unidade e na hora de vender, colocava mais; o Vereador Fred disse que daí o custo aumentava e como iria oferecer um imóvel mais barato para a população se tinha uma contrapartida enorme? O senhor David Neto disse que daí oferecia um empreendimento popular e não cobrava a contrapartida de um empreendimento popular, aquilo também poderia estar em lei e o que ele queria dizer da importância de constar em lei, empreendimentos populares não tinham contrapartidas; o senhor Alfredo disse que nunca teve; o senhor David Neto disse que perfeito, não tinha e empreendimento que não era popular já dizia que não era popular, e quem ganhava com aquilo era o empreendedor e a pessoa que tinha uma condição melhor de comprar, e aquelas pessoas existiam a contrapartida, iriam tabelar aquela contrapartida? Pelo menos ficaria justo para todo o empreendedor e se o nobre Colega quisesse empreender ele sabia do custo que teria para o empreendimento; o senhor Alfredo Chiavegato Neto disse que era por isso que o cara tinha de ter a liberdade de colocar mais unidades; o senhor David Neto, mais uma vez, disse que ele não era contra de tirar os cento e vinte e cinco, porque estavam criando um número fantasioso, não tinha uma explicação correta daqueles cento e vinte e cinco, então, ele era a favor de tirar aqueles cento e vinte e cinco, mas era contra a criação daquela comissão, se houvesse a contrapartida para A, não seria a mesma para B, então, ele criaria uma contrapartida fixa onde se fosse por números de unidade ou pela





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

metragem do terreno ou pela localização, se criasse um mapa, daquela forma...naquele momento, o senhor Alfredo Chiavegato Neto solicitou ao orador mais um aparte, e uma vez concedido, ele disse que ele seria franco para o David de que ele talvez conhecesse todos os profissionais da Secretaria de Planejamento e ele não via óbices em nenhum deles de fazer parte de qualquer comissão, nenhum deles; o senhor David Hilário Neto disse que ele não saberia o amanhã; o Vereador Fred comentou de que de lá um ou dois anos, a legislação poderia ser alterada;o senhor David Neto disse que não tinham de pensar naquilo, mas tinham de pensar no mecanismo; o senhor Alfredo disse que, naquele momento, a emenda dele sugeria que três profissionais da área de planejamento da Prefeitura, que já faziam aquilo no dia a dia, pudessem analisar o projeto e aprovarem por unanimidade, os profissionais que estavam lá e ele conhecia todos que trabalhavam naquele departamento, todos eram dignos de participarem daquela comissão, ele não via óbice em ninguém lá ou uma mácula em nenhum deles, pelo contrário, eram pessoas que prestaram concurso público, estavam exercendo serviços público a contento e que estavam aptos pelas suas prerrogativas profissionais de aprovar aquele tipo de projeto e ele estava falando aquilo porque ele propôs aquela emenda da forma contrária, não tinha emenda, e ele pedia aos nobres Pares para que votassem favoráveis à emenda dele, porque se não tivesse emenda não teria nem comissão de ninguém e ele sabia que as pessoas que estavam lá e, ele voltava a dizer que todas eram aptas para participarem daquela comissão, e quem seria nomeado ele não sabia, por quem iria ser ele não sabia e ele esperava que, realmente, as pessoas que exerciam o cargo, que exercessem dignamente, porque tinham previsões para aquelas pessoas, caso elas cometessem algumas irregularidades, porque tinham penalidades, então, eles não iriam acabar com uma carreira no funcionalismo público por causa de uma pressão de determinadas pessoas, não tinha o porquê aquelas pessoas não poderem fazer parte daquela comissão e aprovar aquilo que elas sempre fizeram a vida inteira, senão eles iriam colocar em xeque tudo aquilo que foi aprovado até então; a seguir, pediu a palavra, mais uma vez, o senhor David Hilário Neto dizendo que só para deixar claro e concluir, não era nem para colocar em xeque aquelas pessoas e, sim, colocar regras no jogo e que aquelas regras fossem iguais para todos; disse que a lei complementar de dois mil e quinze que, dispunha sobre condomínios horizontais de lotes residenciais, lá mesmo no parágrafo segundo existia uma contrapartida que tinha de ser destinado cinco por cento no total daquele terreno... naquele momento, o senhor Alfredo disse que eles mudaram





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

recentemente porque não tinha aquilo, e o Vereador continuou dizendo que, atualmente, tinha; novamente o senhor Alfredo disse que atualmente, tinha e que eles votaram lá porque houve a possibilidade de ter condomínios de lotes, eles alteraram a legislação, e Vereador continuou sua fala dizendo que, atualmente, existia, então, porque não existir naquela legislação de condomínios de apartamentos, porque deixar em aberto; o senhor Alfredo Chiavegato Neto disse que tinha também, eles alteraram, os condomínios teriam de ter, teriam de doar uma área para o Município, até a mudança daquilo em obras, em valores eles alteraram, conversaram lá com o Adalberto que fazia parte, o Adilson, na época, era uma lei diferente daquela, era uma outra legislação; o senhor Presidente solicitou para que todos se concentrassem, pedindo a gentileza para que colocando em discussão cada um pedisse pela ordem e pedindo um aparte, para que fosse concedido ou não mas, para que mantivessem a questão regimental até para depois não ficar ruim para os trabalhos dos servidores da Casa; o senhor David Hilário Neto continuou sua fala pedindo desculpas, mais uma vez, por não ter ido na reunião de Comissão que tinha sido na última quarta feira e que foi muito debatido o assunto e ele queria por em votação para ele pedir para ter o projeto por mais uma sessão até para poder pensar naquela nova emenda colocando de viabilidade naquilo e não enrolar com o projeto que tinha de ser votado; que deixassem para aquele semestre, para não falarem que estavam adiando e tinham duas sessões pela frente, a possibilidade de sentarem, novamente, e pedir vistas daquele projeto por uma sessão, ele achava que tinham ainda o que discutir, ele não tinha a opinião formada completamente sobre e ele estaria sendo incoerente votando naquele formato, ele não sabia se os nobres Colegas já tinham opiniões formadas mas, ele achava que ainda cabia discutir aquilo e ter uma nova emenda, daí deixar para o Plenário discutir ou não, senão, ele pediria se não fosse passar, ele pediria a suspensão da sessão para ele elaborar uma nova emenda para, pelo menos, não deixar da forma como estava; o senhor Presidente disse que ele gostaria de fazer algumas considerações aproveitando o debate que foi estabelecido, naquela noite, e voltando um pouquinho até já dando a informação ao Vereador Fred, aquele protocolo chegou na Casa no dia dezessete de março e estavam tratando o projeto no dia nove de junho, teve a leitura dele no dia sete de abril e ele foi encaminhado às Comissões no dia oito de abril, então, desde o dia oito de abril aquele projeto vinha sendo discutido nas reuniões de Comissões da Casa, tanto que foi chegado até o ponto de exaustão até aqueles parâmetros que estavam conversando naquele momento,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

exaustão do tipo onde estaria o parâmetro dos cento e vinte e cinco metros, era a primeira questão, ele se lembrava de que na penúltima reunião de Comissões que estavam presentes com aquele processo, fizeram todo o mapeamento das legislações alteradoras da lei principal, artigo por artigo, ponto a ponto; tiveram um dialogo com a Associação dos Engenheiros e Arquitetos sobre aquele assunto, não só naquele momento, naquela quarta feira, mas anterior àquilo, onde forneceram informações nos questionamentos que foram apresentados, ele esteve em contato com o Vereador Fred, na quinta feira, onde ele solicitou o encaminhamento de ofício à Associação de Engenheiros e Arquitetos com cópia do projeto, com cópia da emenda, até pendido sugestões se chegasse algo para acrescentar naquele projeto há tempo de colocar na discussão daquele dia e até aquele momento não receberam nenhum tipo de sugestão, além da emenda dele naquele projeto; ele achava importante discutirem, sim, questões que envolviam o Município na questão das partidas e de empreendimentos mas, não poderiam perder de focos que, das cidades da região, Jaguariúna era uma das poucas, senão a única que existia aquele parâmetro dos cento e vinte e cinco metros e eles queriam uma cidade que crescesse ordenadamente, mas que produzisse renda, que produzisse emprego, também, e sabiam que o ramo imobiliário no país era o que mais produzia emprego, atualmente, e estavam vivendo um momento critico da economia por conta da COVID, que iria gerar exatamente um descompasso econômico; com relação à comissão que lá foi colocada, falou que o servidor público passava por um processo de concurso para poder exercer um cargo público e ele provava para todos que ele tinha capacidade para poder estar lá e quando eles colocavam talvez em xeque algumas situações dos concursados, de repente estavam tirando a credibilidade dele de ter passado em um concurso e estar lá representando uma profissão e com todos os efeitos da profissão que a legislação impunha sobre ele de qualquer ato que ele cometesse algum erro lá, se ele mal analisasse um projeto que gerasse consequências ele respondia civil e, criminalmente, se ele sofresse pressões e cedesse a pressões externar ilegítimas e ilegais ele respondia administrativamente, perdendo até o cargo público dele, então, ele achava que aqueles questionamentos não cabiam naquele projeto, nem tão pouco na emenda daquele projeto, ele achava que o que cabia naquela emenda foi a felicidade do senhor Vereador tê-la apresentado, porque a maior angústia do Vereador e dele também, era que não tinham parâmetros e sem parâmetros não dava para discorrer uma lei daquela, eles corriam o risco de estarem discutindo um projeto como um cheque em branco e não era aquilo que eles queriam para



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, eles queriam uma cidade que crescesse organizadamente e quando a emenda chegou para somar aquela discussão, só levou a eles mais segurança de que aquele projeto poderia prosperar, sim, com aqueles parâmetros e com possibilidade de uma revisão futura, já que estavam falando que uma lei passava para a sociedade para suas alterações, ela iniciou em dois mil e sete e em dois mil e vinte estavam discutindo aquelas alterações com aquele projeto que, lá atrás, foi concebido para o Município de Jaguariúna, então, lá ele gostaria de fazer aquelas considerações, ele não sabia se chegava a ter o voto naquele projeto, mas gostaria de expressar a opinião dele também e ele acompanhava o raciocínio e respeitava as opiniões em contrário dos nobres Colegas que lá colocaram mas, ele gostaria também de firmar lá que aquela emenda que o Vereador Alfredo apresentava, naquela noite, era fruto de um trabalho longo que iniciou no mês de abril e estava naquela noite sendo apreciada e apresentada para o Plenário daquela Casa; a seguir, pediu, novamente, a palavra o senhor David Hilário Neto dizendo que ele achava que valia ressaltar, também, que foi dado entrada naquele projeto dia dezessete de março, justamente na semana que começou a questão da quarentena e que tiveram a quarentena para discutir o projeto só que estavam preocupados também com a saúde, com a questão de como ficariam os comércios, entre outras atividades, então, não era uma eternidade que aquele projeto estava naquela Casa, nunca na história teve uma pandemia naquele formato no último século, então, um projeto como aquele, daquela envergadura, aos olhos dele, poderia ser mais debatido sim, ele iria pedir aos nobres Colegas a questão das vistas, ele não era contra e que ficasse muito claro, tirar aquele parâmetro dos cento e vinte e cinco metros quadrados mas, ele acreditava que poderiam colocar regras no jogo, sim, para ficar mais transparente e mais claro, tanto para um empreendedor de Jaguariúna e valia ressaltar que aquela emenda, naquele momento, ela não passava pela comissão os empreendimentos de alto padrão, mas também os empreendimentos populares, então, aquilo valia também deixar ressaltado, e a questão da contra partida seria para os empreendimentos com maior poder aquisitivo, o popular continuava sem contra partida alguma, então, ele queria ressaltar aos nobres Colegas para analisarem, ele achou muito importante, ele não via nem, como o nobre Colega mesmo falou, que só existia um projeto protocolado até aquele momento, então, eles não iriam travar nada, eles simplesmente, iriam dar um pouco mais de embasamento na questão do projeto; neste momento o Sr. Presidente suspendeu a sessão para a elaboração do pedido de vistas; feito isso, o Sr. Presidente reabriu a sessão, onde foi





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

apresentado pelo Sr. David Hilário Neto, com supedâneo no art; 299 e seu parágrafo único do Regimento Interno, requerimento solicitando vistas ao Projeto de Lei Complementar 006/2020 do Executivo Municipal, que altera a Lei Complementar Municipal nº 135/2007, que dispõe sobre urbanização de glebas ou lotes de terreno, associada à construção de edificações em condomínio residencial no território do Município de Jaguariúna, e dá outras providências; em discussão, pediu a palavra o senhor Romilson Nascimento Silva que cumprimentou a todos, novamente, dizendo que ele respeitava a emenda do David, porque ele achava que tudo o que vinha para somar era importante mas, ele queria pedir aos Pares para que votassem contra o pedido de vistas, uma vez que discutiram exaustivamente aquele projeto, tiraram todas as dúvidas que haviam e poderiam ser tiradas, havia a emenda do Fred, então, ele achava que, naquele momento, não justificava um pedido de vistas, uma vez que já se tornou até cansativo, que fizeram todas as discussões possíveis e ele pedia aos Pares da bancada dele, do partido do DEM, para que votassem contra as vistas, porque ele achava desnecessário, naquele momento, uma vez que já tinham feito todas as discussões naquele projeto; em seguida, pediu a palavra o senhor David Hilário Neto dizendo que era só para ressaltar que aquele projeto, quando entrou naquela Casa, ele foi discutido e encaminhado para uma comissão e ficou duas semanas sem passar pela Comissão, ele voltou e se não lhe falhava a memória, na semana passada, eles já discutiram projetos lá muito mais exaustivamente, inclusive tinha o colega Bozó que estavam tranquilo por respeitar a questão da pandemia, que era a questão do nepotismo que colocariam para discussão e votação no próximo semestre e ele esperava que tivesse a mesma velocidade e a mesma forma que estava tendo aquele projeto com interesses imobiliários; agradeceu a todos. A seguir, em votação o pedido de vistas ao Projeto de Lei Complementar nº 006/2020, foi o mesmo rejeitado por oito votos contrários, sendo quatro favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves; a seguir, o Sr. Presidente deu continuidade à discussão da Emenda ao Projeto de Lei Complementar 006/2020, onde pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos dizendo que ele pensava que a emenda era a melhor do que a redação que estava mas, ele explicou as razões porque ele estaria votando contra; Agradeceu a todos. Em votação a Emenda do Sr. Alfredo Chiavegato Neto ao Projeto de Lei Complementar nº 006/2020, do Executivo Municipal, que altera a Lei Complementar Municipal nº 135/2007, que dispõe sobre urbanização de glebas ou lotes de terreno, associada à construção de edificações em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

condomínio residencial no território do Município de Jaguariúna, e dá outras providências foi a mesma aprovada por nove votos favoráveis, sendo três contrários dos Srs. David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves. A seguir, em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 006 de 2020, do Executivo Municipal, que altera a Lei Complementar Municipal nº 135/2007, que dispõe sobre urbanização de glebas ou lotes de terreno, associada à construção de edificações em condomínio residencial no território do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, pediu a palavra o senhor David Hilário Neto dizendo que ele era a favor da retirada dos cento e vinte e cinco metros quadrados e ele só votaria contra a votação do projeto por saber que não iria funcionar da forma como deveria funcionar com as contrapartidas específicas, então, o voto dele era contrário ao projeto mas, não da iniciativa de retirada dos cento e vinte e cinco metros quadrados; em seguida pediu a palavra o senhor Afonso Lopes da Silva que disse que não iria discutir, especificamente, o projeto porque ele achava que eles tinham aprofundado bem aquilo, ele só queria destacar lá o papel do Fred e que ele não era de fazer média, mas que eles tinham de falar lá sempre a verdade e que quando tinha boa vontade dos companheiros e que, na verdade, a pessoa que deixou aquele projeto claro, sempre foi o papel que o Fred desempenhou lá, explicando o projeto, aliás naquela área lá, dos Vereadores, ele era a pessoa que mais entendia, então, ele queria destacar lá aquela questão do Fred que, de certa forma, por ele entender muito e, realmente, a saída para eles votarem aquele projeto passou pelas mãos do Fred, que ele poderia muito bem ficar no negacionismo, mas ele foi muito propositivo de tentar resolver os problemas das divergências que estavam colocadas e ele achava que quem ganhava era Jaguariúna, o debate e o aprofundamento que foram feitos lá valeu mais uma vez a boa vontade de querer discutir e querer achar a saída e, naquele caso, ele queria destacar aquilo, da discussão que feito em cima do projeto. Em seguida, em votação, o Projeto de Lei Complementar nº 006 de 2020, do Executivo Municipal - que altera a Lei Complementar Municipal nº 135/2007, que dispõe sobre urbanização de glebas ou lotes de terreno, associada à construção de edificações em condomínio residencial no território do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por nove votos favoráveis, sendo três contrários dos Srs. David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves. 2. Projeto de Lei nº 018/2020 do Executivo Municipal, que autoriza o Município de Jaguariúna a celebrar convênio com o Município de Santo Antônio de Posse para cooperação em ações preventivas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

integradas. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, 'a' § 1º, do R.I.) Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade devotos. 3. Projeto de Lei nº 019/2020 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto que institui o mês "Maio Laranja" dedicado ao combate e conscientização contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescente (Quorum de deliberação: maioria simples: Art49, 'a' § 1º, do R.I.) Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Em discussão, pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto, que gostaria de pedir vênua, primeiramente, ao Vereador Romilson que, através de um projeto de lei dele, criou-se a Semana de Conscientização Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e ele achou, por bem, apresentar aquele projeto criando o mês de conscientização, haja visto o momento de pandemia que estavam passando, as pessoas estavam mais vulneráveis àquele assédio, principalmente, os abusos que aconteciam dentro de casa e as redes sociais, então, ele achava que debater aquele assunto era de suma importância, fosse ela através da semana que foi apresentada para ele, pudessem ser mais enfáticas de lembrar que o problema existia, ainda mais em um momento em que estavam passando, do momento social e a vulnerabilidade que aquelas crianças estavam passando, tendo o acesso maior aos meios de informação que era a internet, e tinham observado o número crescente de casos de abusos de crianças e adolescentes, abuso sexual, então, ele esperava que o Poder Público pudesse receber bem aquele projeto, sancioná-lo e fazer com que o mês de maio eles pudessem através de campanhas educativas, de debates eles pudessem tentar, de uma certa forma, extirpar de seus meio aquelas ações com crianças que, aos olhos dele, eram abomináveis e não deveria prosperar nunca e aquelas pessoas tinham de ser tratadas como criminosos que faziam aquilo, então, era mais pedir ao Executivo que ao receber aquele projeto, sancionar e aos Pares, se pudessem dar um voto de confiança e aprovar ele ficaria muito grato e, voltava a dizer, com todo o mérito ao projeto lá apresentado, anteriormente, de conscientização e ele estava, naquele momento, criando a semana para o mês, e como o nobre Vereador mesmo disse, quanto mais debates era a forma do Poder Público reagir àquele assunto; agradeceu e pediu o apoio de todos; em seguida, pediu a palavra o senhor Romilson Nascimento Silva que, mais uma vez,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

cumprimentou a todos, dizendo ao Vereador Fred que era um prazer poder apoiá-lo naquele projeto que estava enriquecendo uma ação que ele fez, lá atrás, de semana e ele pedindo o mês, então, só parabenizar pela iniciativa e dizer que tinha o total apoio dele no projeto; agradeceu a todos. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 019/2020 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto que institui o mês “Maio Laranja” dedicado ao combate e conscientização contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescente, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Lei nº 020/2020 do Executivo Municipal que autoriza o Executivo Municipal a repassar recursos financeiros a título de contribuição, ao Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pólo Turístico do Circuito das Águas Paulista (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, ‘a’ § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, foi lido o seguinte Edital de Convocação: “Edital de Convocação nº 006/2020- De Sessão Extraordinária. O Vereador Walter Luís Tozzi De Camargo, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal para logo após o encerramento da 14ª (décima quarta) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: Projeto de Lei Complementar nº 006 de 2020, do Executivo Municipal - que altera a Lei Complementar Municipal nº 135/2007, que dispõe sobre urbanização de glebas ou lotes de terreno, associada à construção de edificações em condomínio residencial no território do Município de Jaguariúna, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 018/2020 do Executivo Municipal - que autoriza o Município de Jaguariúna a celebrar convênio com o Município de Santo Antônio de Posse para cooperação em ações preventivas integradas Projeto de Lei nº 019/2020 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto que institui o mês “Maio Laranja” dedicado ao combate e conscientização contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescente. Projeto de Lei nº 020/2020 do Executivo Municipal que autoriza o Executivo Municipal a repassar recursos financeiros a título de contribuição, ao Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Pólo Turístico do Circuito das Águas Paulista. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

o presente Edital, no prazo legal, ficando, portanto, todos, evidentemente convocados. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, 09 de junho de 2020. Vereador Walter Luís Tozzi De Camargo – Presidente. Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani De Campos Souza Venturini - Diretora Geral". Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.) : Fpela ordem, fez uso da palavra o senhor Afonso Lopes da Silva que, cumprimentou a todos, dizendo que ele só queria destacar lá uma questão da COVID-19, que estavam passando por um momento complicado, que era a categoria bancárias, porque o que os bancários faziam tinha tudo a ver com a sociedade, atendiam a sociedade, os bancos, as filas em bancos, e o protocolo com a FENABAN funcionava assim, se acontecesse algum caso em determinada agência, todas as agências, os funcionários tinham de passar por exames, eles iam para a casa durante uma semana e se sentissem alguma coisa faziam o exame, enfim, a agencia era desinfetada e no outro dia funcionava com outra equipe; disse que em Jaguariúna, infelizmente, teve um caso de COVID na Caixa Econômica Federal, na semana passada, na segunda feira, no dia anterior, descobriram que tinha uma pessoa com COVID, às onze horas e às onze horas fechou a agência, teve de recuar a agência, a agência não funcionou, ela foi desinfetada, e naquele dia voltou a funcionar a agência com outra equipe e vieram bancários de outra região para tocar a agência da Caixa Econômica Federal, então, se o pessoal tivesse alguma dificuldade, porque, às vezes, tinham uma certa intimidade com o gerente, conseguia tratar as coisas, enfim, tinha mais afinidade que era funcionário do banco, então para o pessoal não estranhar, tiveram de mudar toda a equipe, tiveram de trocar todo mundo lá, colocar uma nova equipe para tocar a agência a partir daquele dia, então, tiveram aquele caso na Caixa Econômica Federal que seguiu aquele protocolo lá; disse que quando falava que ia no banco e era do grupo de risco, que era um local de grupo de risco, realmente, era e a informação que tinha era de que o bancário contraiu aquela questão lá dentro do seu local de trabalho. Então, tinha de destacar aquilo porque era uma coisa complicada que tinham de estar acompanhando, porque todos os comerciantes tinham de tomar os devidos cuidados lá para a questão da transmissão, aquilo era mais um alerta que servia também para o comércio, dando aquele exemplo da agência bancária, e que era a Caixa Econômica Federal de Jaguariúna; em seguida, fez uso da a palavra o senhor Alfredo



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo

Chiavegato Neto que, depois de mais uma vez cumprimentar a todos, disse que ele só gostaria de usar da Explicação Pessoal, para agradecer as palavras do Silva pela opinião dele com relação à conduta dele frente àquele projeto que discutiram há pouco, e disse que o apreço dele pelo senhor Silva, ao longo do tempo, que puderam conviver mais próximo, foi cada vez maior e a recíproca era verdadeira e que o senhor Silva era uma pessoa de grande índole, uma pessoa de um caráter inabalável, naquele pouco tempo que ele conviveu, ele teve a oportunidade de falar aquilo a ele; agradeceu as palavras tecidas a ele e fazia das palavras do Vereador, palavras dele com relação ao Vereador, e que era um prazer muito grande conviver com ele e poder admirá-lo ainda mais, e ele sabia também, o quanto ele debateu aquele projeto como Presidente da Comissão, e que ele não aguentava mais discutir aquilo de tantas as vezes que tinham discutido e ele falou para aguentar porque ele iria tentar resolver e encaminhar da forma que ele pudesse ajudar, e ele deu a ele toda autonomia para fazer aquilo e ele ficava grato e agradecia, mais uma vez, as palavras do Vereador Silva e fazia das dele as dele perante o mesmo; o parabenizou; a seguir, não havendo mais inscritos, o senhor Presidente informou a todos que, no dia seguinte, haveria reunião de Comissões, às dezoito horas, onde convidaram um representante de JaguarPrev, um representante do Sindicato dos Servidores Públicos para debate dos projetos que adentraram, naquela Casa, naquela noite, e era importante a participação de todos, porque era matéria de relevância e eles precisavam analisar e, futuramente deliberar; lembrou que seria no dia seguinte, às dezoito horas. Terminada a Explicação Pessoal o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia dezesseis de junho de dois mil e vinte, terça-feira, com início determinado para às dezoito e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Walter Luis Tozzi de Camargo
Presidente

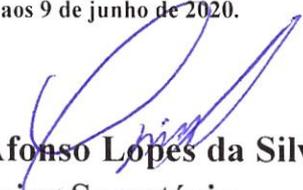
Vereadora Cássia Murer Montagner
Vice Presidente



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Referente à Ata da 14ª Sessão Ordinária, realizada aos 9 de junho de 2020.


Vereador Afonso Lopes da Silva
Primeiro Secretário


Vereador Cristiano José Ceeon
Segundo Secretário